

1 **ATA DA 174° (CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUARTA) ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –**
3 **CONANDA – DESCENTRALIZADA**

4 A Assembléia Descentralizada do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
5 Adolescente – Conanda foi realizada no período de doze a quatorze de maio de 2009, na
6 cidade de Vitória – Espírito Santo, tendo sido desenvolvida a seguinte Pauta de Trabalho:
7 **Dia 12 de maio:** I – Reunião da Mesa Diretora; II – Reunião da Comissão Organizadora da
8 VIII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; III – Visita as Unidades
9 de Atendimento Socioeducativo e Abrigos; IV – Audiência Pública sobre Enfrentamento da
10 Violência Sexual no Estado do Espírito Santo. **Dia 13 de maio:** V – Balanço das ações de
11 Enfrentamento Contra a Violência Sexual e o Resultado do III Congresso Mundial; VI –
12 Apresentação das ações concretas de enfrentamento contra a exploração e violência sexual
13 no Estado do Espírito Santo; VII – Reunião das Comissões Temáticas do Conanda. **Dia 14**
14 **de maio:** VIII – Apresentação Cultural; IX – Discussão dos Eixos Norteadores da VIII
15 Conferência Nacional em preparação para as Conferências Estaduais, Distrital e Municipais;
16 X – Plenária do Conanda: **a)** Aprovação da Carta de Vitória; **b)** Apresentação e aprovação
17 final do planejamento das Comissões Temáticas do Conanda; **c)** Discussão e
18 posicionamento do Conanda sobre questões destacadas do documento “Orientações para
19 abrigo Institucional”. – **Participantes:** Estiveram presentes os conselheiros
20 Governamentais titulares: Carmen Silveira de Oliveira, Secretária Especial dos Direitos
21 Humanos da Presidência da República; Geraldo Victor da Silva Filho, Ministério da Cultura;
22 Rosiléa Maria Roldi Wille, Ministério da Educação; Solange Stella Serra Martins, Ministério do
23 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da
24 Saúde; Danielle Firmino dos Santos Gruneich, Ministério do Esporte. Estiveram presentes
25 também os conselheiros Governamentais suplentes: Francisco Antônio de Sousa Brito,
26 Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome; Maria de Lourdes Magalhães, Ministério
27 da Saúde; Fernando César Rocha Machado, Ministério do Planejamento, Orçamento e
28 Gestão. Conselheiros Não Governamentais Titulares presentes: Fábio Feitosa da Silva,
29 União Brasileira de Educação e Ensino; Glícia Thais Salmeron de Miranda, Conselho Federal
30 da Ordem dos Advogados do Brasil; Andréa Franzini, Conferência Nacional dos Bispos do
31 Brasil; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de
32 Rua; Miriam Maria José dos Santos, Inspetoria São João Bosco / Salesianos; Carlos Eduardo
33 Nery Paes, Sociedade Brasileira de Pediatria; Djalma Costa, Associação Nacional dos
34 Centros de Defesa da Criança e do Adolescente; Tiana Sento-Sé, Instituto Brasileiro de
35 Inovações em Saúde Social; Maristela Cizeski, Pastoral da Criança – Organismo de Ação
36 Social da CNBB; Raimunda Núbia Lopes da Silva, Central Única dos Trabalhadores; Sérgio
37 Eduardo Marques da Rocha, Aldeias Infantis SOS / Brasil. Estiveram presentes ainda, os
38 Conselheiros Não Governamentais Suplentes: Welinton Pereira da Silva, Visão Mundial;
39 Aracélia Lúcia Costa, Federação Nacional das Apaes; Vilmar Burzlaff, Fundação Fé e Alegria
40 do Brasil. Estiveram presentes também 42 pessoas do Estado do Espírito Santo, sendo seis
41 conselheiros estaduais dos direitos, dezessete conselheiros municipais dos direitos, seis
42 conselheiros tutelares, sete representantes de Unidades de Atendimento Socioeducativo,
43 cinco de Organizações Não-Governamentais, um do Ministério Público e um do Conselho
44 Regional de Serviço Social. **Dia 12 de maio de 2009 – Período da manhã - Reuniões:** No
45 dia 12 de maio, no período da manhã, a Comissão Organizadora da VIII Conferência
46 Nacional se reuniu para tratar de assuntos específicos de sua área de atuação e a Mesa
47 Diretora do conselho também se reuniu para tratar de assuntos pertinentes. **Período da**
48 **Tarde: Visitas as Unidades de Atendimento:** No dia 12 de maio no período da manhã a
49 Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional se reuniu para tratar de assuntos
50 específicos de sua área de atuação e a Mesa Diretora do conselho também se reuniu para

51 tratar de assuntos pertinentes. No período da tarde, os conselheiros do Conanda se dividiram
52 em grupos para visita as Unidades – Ciase e Unis, bem como a participação da inauguração
53 da nova Unidade de Internação – Iases, construída em consonância com o Estatuto da
54 Criança e do Adolescente e com os novos parâmetros arquitetônicos preconizados pelo
55 Sinase. Além destas, foram visitadas algumas Unidades de atendimento de semiliberdade e
56 liberdade assistida e o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo, Unidade
57 de atenção à pessoa com deficiências não relacionadas ao cumprimento de medida
58 socioeducativa. **Período Noturno - Audiência Pública:** Às dezenove horas na Assembléia
59 Legislativa do Estado foi realizada a Audiência Pública sobre o enfrentamento da violência
60 sexual no Estado do Espírito Santo. Compuseram a Mesa de Abertura o Deputado Estadual
61 – PT/ES e Presidente da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, Cláudio Vereza;
62 Carmen Silveira de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
63 Adolescente - Conanda; Silvana Galina, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da
64 Criança e do Adolescente – Criad; Senhor Marcelo Nonato – Delegacia Especializada da
65 Criança e do Adolescente; Bruno de Souza, Presidente do Conselho dos Direitos Humanos;
66 Patrícia Calmon Rangel, Promotora de Justiça, Brice Bragato – CPI sobre Violência Sexual;
67 Procuradora Abigail – Representante da Procuradoria Geral de Justiça do Estado; Senhora
68 Marli, Presidente da Associação Estadual dos conselheiros tutelares; Senhora Kelly,
69 Representante do Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e
70 Adolescentes; Senhora Valéria Andrade Latavanha – Secretária do Trabalho e Assistência
71 Social. Estiveram ainda presentes conselheiros estaduais e municipais dos direitos da
72 criança e do adolescente, conselheiros tutelares, representantes de unidades de atendimento
73 a crianças e adolescentes governamentais e não governamentais, conselhos de classes,
74 Ministério Público, Tribunal de Justiça, e outros. A presidente do Conselho Estadual dos
75 Direitos da Criança e do Adolescente fez a abertura dos Trabalhos dando as boas vindas a
76 todos e ressaltando que a Assembléia Descentralizada do Conanda era para lembrar a data
77 de 18 de maio, Dia Nacional de enfrentamento a violência sexual contra crianças e
78 adolescente como protesto aos trinta anos do assassinato da menina Araceli, que sofrera
79 todos os tipos de abuso e violência sexual naquele Estado sem que se fizesse justiça, tendo
80 em vista a prescrição do caso. O Senhor Presidente da Frente Parlamentar deu
81 prosseguimento aos trabalhos da Mesa ressaltando a importância, para o Estado, em sediar
82 a reunião do Conanda. Destacou que o Estado do Espírito Santo tem problemas e avanços
83 na área da criança e do adolescente e que o mesmo fazia parte do processo de construção
84 da Política na área da Criança e do Adolescente. Ressaltou também sobre a tramitação do
85 projeto sobre o rebaixamento da idade penal no Congresso Nacional, sugerindo que fosse
86 aprovado um posicionamento dos participantes do evento sobre o assunto. Em seguida,
87 passou a palavra a Senhora Silvana Galina, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos. A
88 Senhora Silvana falou da honra em receber o Conanda naquele Estado e da importância do
89 seu posicionamento sobre a temática. Fez breves considerações sobre a realização do II
90 Seminário Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual, enfocando os três eixos da
91 violência sexual: **1) Responsabilização:** Destacou a situação das Secretarias da Criança e do
92 Adolescente, alegando que as mesmas precisam ser reestruturadas assim como a
93 recomposição das equipes técnicas. Falou sobre o desmonte institucional no Estado,
94 fragilizando principalmente os órgãos de controle. Para ela, era preciso tratar a criança e
95 adolescente como sujeito de direitos e redirecionar todo atendimento pedagógico. Ressaltou
96 a importância de todos os delegados das Delegacias Especializadas estarem preparados
97 para a temática; **2) Prevenção:** No eixo Prevenção, a Presidente do Conselho destacou que
98 o abuso que ocorre principalmente dentro da própria família. Alegou que as denúncias sobre
99 o abuso vêm aumentando e que era preciso entender o porquê disto ocorrer dentro da
100 família e como tratar a criminalização; **3) Exploração Sexual:** A Senhora Silvana destacou
101 que as questões da exploração sexual não são tratadas com a mesma veemência,
102 considerando necessária à revelação desta situação e que para isto era preciso organizar o

103 trabalho em rede com os diversos setores, citando como exemplo o Setor Hoteleiro.
104 Destacou o fenômeno da exploração sexual nas colheitas sazonais e, que era nas atividades
105 das grandes ações que o fenômeno da exploração ocorria. Por fim, ressaltou que o Conselho
106 Estadual dos Direitos entendia que qualquer enfrentamento somente se efetivava se o
107 Sistema de Garantia dos Direitos também fosse efetivo. A Presidente do Conanda, Senhora
108 Carmen Silveira de Oliveira cumprimentou a todos fazendo uma breve retrospectiva sobre os
109 objetivos das Assembléias Descentralizadas, como forma de estreitar as relações com os
110 Conselhos Estaduais dos Direitos e contribuir para o enfrentamento das violências mais
111 corriqueiras nos estados. Esclareceu que as Assembléias do mês de maio são de
112 mobilização sobre a data de 18 de maio, para lembrar sobre o caso Araceli. Abordou os
113 temas da Oitava Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, enfatizando
114 que era preciso pensar a Política Nacional para a Criança e o Adolescente e o Plano Decenal
115 como um compromisso aos defensores dos direitos. Ressaltou a importância dos Capixabas,
116 citando os nomes da Senhora Silvana Galina na Presidência do Fonacriad, da conselheira
117 Júlia Deptulski no Conanda e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.
118 Rendeu suas homenagens a Deputada Federal Rita Camata, Relatora do Estatuto da
119 Criança e do Adolescente e grande defensora do Estatuto. Por fim, ressaltou a importância
120 de se ter aqui presente todos os representantes do Sistema de Garantia dos Direitos. O
121 Delegado Marcelo deu ênfase à missão da Delegacia Especializada, como sendo a única
122 delegacia de proteção para apuração de casos de vítimas de crimes sexuais e que a mesma
123 atendia cinco municípios da grande Vitória. Ressaltou que desde que assumiu o cargo a
124 Delegacia sofreu melhorias no tocante a pessoal e equipamentos, mas que ainda faltava
125 muito para atingir seu ideal, principalmente no tocante a sua estrutura física. A Delegacia
126 apura os casos de crimes sexuais e o abuso intrafamiliar. Para ele, os abusos aumentaram
127 em quarenta por cento porque hoje os casos são revelados e que antes estes eram ocultos.
128 Citou os trabalhos que vem sendo realizado com os caminhoneiros e com a Capitânia dos
129 Portos sobre o tema em questão. Na oportunidade, citou vários exemplos de abuso por pai e
130 padrasto e a omissão das mães. A Promotora de Justiça Patrícia Calmon ressaltou que as
131 preocupações são pautadas em situações extremas e que não havia respeito aos direitos,
132 havendo uma cultura de tolerância sobre os crimes praticados contra crianças e
133 adolescentes. Disse, que os Hotéis continuavam recebendo adultos com crianças e
134 adolescentes e os usuários não eram punidos por meio da responsabilização. As denúncias
135 públicas eram favorecidas e que o Estado precisava dar uma resposta à altura. Quanto às
136 questões apresentadas precisavam ser pautadas com políticas públicas e era necessária a
137 criação de mais Delegacias Especializadas e de novas Varas. Informou, que havia no Estado
138 onze Varas Criminais e nenhuma para criminalização contra crianças e adolescentes. Por se
139 tratar de questões complexas requeria atendimento especializado e para tanto propôs a
140 criação de Promotorias Especializadas por serem mais sensíveis às questões voltadas para
141 a infância e adolescência. Para a Promotora, estava havendo uma regressão no Estado e
142 que não se podia permitir este retrocesso. Finalizou propondo a mobilização da mídia e de
143 todas as instituições aqui presentes para se poder avançar e não ficar só nas denúncias de
144 que os serviços estão piores. A Senhora Brice Bragato fez uma retrospectiva da CPI sobre a
145 exploração sexual contra crianças e adolescente realizada pela Câmara dos Deputados /
146 Frente Parlamentar pela Criança no ano de dois mil e quatro e dois mil e cinco, apresentando
147 dados estatísticos e compromissos assumidos pelos entes federativos. Informou que todas
148 as propostas apresentadas pela CPI foram aprovadas pela Câmara dos Deputados e muitas
149 ainda não foram implementadas. A Senhora Marli, Presidente da Associação dos
150 Conselheiros Estaduais destacou a situação das Unidades visitadas e da precariedade do
151 trabalho dos Conselhos Tutelares do Estado pela falta de materiais e de equipamentos.
152 Propôs a implantação de pelo menos cinco Delegacias Especializadas no Estado para
153 vencer os desafios existentes. Falou sobre a ausência do Projeto Sentinela no Estado e da
154 falta de privacidade no IML e que era necessário esse atendimento especializado para

155 crianças e adolescentes naquele local, inclusive que houvesse maior rapidez nas
156 investigações dos casos, denunciando que nos casos de abuso pelos familiares o agressor
157 não era afastado de sua residência. Propôs o combate do tráfico nas escolas e que fossem
158 realizadas campanhas de combate às drogas. O Senhor Bruno de Souza, Presidente do
159 Conselho Estadual de Direitos Humanos agradeceu por fazer parte da Mesa e pela
160 legitimidade em defender os direitos humanos de crianças e adolescentes. Abordou as
161 questões de defesa dos direitos da criança e do adolescente e das propostas de redução da
162 maioria penal. Com relação ao Planejamento Estratégico do Conselho Estadual, falou
163 das dificuldades em efetivá-lo sem o aumento do seu orçamento e que havia necessidade de
164 priorizar a criança e o adolescente no Estado. Propôs o fim da Unidade de Atendimento –
165 UNIS e que seja construída unidade de acordo com o proposto no Estatuto da Criança e do
166 Adolescente e no Sinase e que os órgãos de Defesa cumprissem o seu papel. A Senhora
167 Kelly, Coordenadora do Ponto Focal do Comitê de Enfrentamento Nacional Contra Crianças
168 e Adolescentes destacou a realização do II Seminário sobre o Enfrentamento realizado no
169 Estado e convidou os adolescentes Bruno e Daiana para a entrega de dois Manifestos,
170 sendo um solicitando o aumento de Delegacias Especializadas e criação de Vara
171 Especializada e o outro sobre a reestruturação da Delegacia Especializada no Estado e
172 aumento do número de Delegacias. O Presidente da Frente Parlamentar sugeriu que o
173 encaminhamento fosse oficializado ao Poder Judiciário do Estado. **Debate:** Após as
174 apresentações das falas dos representantes da Mesa abriu-se o debate, tendo sido registrado
175 os seguintes pontos: **1)** O Estado do Espírito Santo está longe do Estatuto e do Sinase e a
176 conjuntura política impede levar adiante as denúncias; **2)** Duplicidade de atuação: A
177 denúncia foi dirigida à Presidente do Criad e Presidente do IASES. Por ocupar o cargo de
178 Presidente dos dois órgãos dificultava a fiscalização das Unidades de Atendimento
179 Socioeducativo. No IASES não existe alvará de funcionamento. A Unidade de Atendimento
180 UNIS deve ser implodida, porque ela era a faculdade do crime; **3)** A imprensa deve mostrar o
181 que a comunidade tem de bom e não só mostrar as coisas ruins; **4)** O Comitê Nacional
182 precisava avançar na questão do enfrentamento. Não dá para discutir a exploração sexual
183 sem discutir a violação dos direitos humanos; **5)** As crianças e adolescentes deveriam estar
184 aqui nesta Audiência; **6)** Necessidade de maior reflexão do papel de conselheiros no Estado,
185 no tocante a elaboração de políticas públicas; **7)** Os direitos humanos não são respeitados
186 no Estado. Está na hora de enfrentar o desligamento do Conselho Estadual dos Direitos –
187 Criad do IASES, o Criad fica reduzido a Sejus. O Criad deve voltar a Setades. Deve-se tornar
188 público este desejo; **8)** Na Unis tem profissionais bons, a culpa é do sistema. Na Conferência
189 anterior já havia sido aprovada a demolição da Unis. Encerrando o debate, a Presidente do
190 Conanda, Senhora Carmen, frisou a importância sobre a alternância do poder nos
191 Conselhos, ressaltando que o papel fiscalizador é do Conselho e não do Presidente.
192 Destacou também que o Brasil é o primeiro país a ter um Plano Nacional de Enfrentamento a
193 Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e que o mesmo era uma política de direitos
194 humanos. Destacou que a responsabilidade social não era só do legislativo e do judiciário,
195 mas do mundo empresarial também. Ressaltou que ainda havia muito que fazer. Para ela, a
196 escola tem o poder de identificar os problemas e os conselhos podem trabalhar o
197 alinhamento juntamente com a educação e a saúde. Ressaltou que a Senhora Silvana havia
198 sido uma das construtoras do Sinase e que tinha tido um papel fundamental nesta
199 construção. Considerou que o Poder Judiciário também precisava ser um aliado na aplicação
200 do Estatuto para o seu justo cumprimento. Finalizando convidou todos os presentes para
201 participarem da Assembléia do Conanda no dia seguinte. A Presidente do Criad, Senhora
202 Silvana, encerrou o debate alegando que se sentia legitimada para ocupar o cargo de
203 Presidente do Criad. Justificou a realização da Audiência Pública na Assembléia Legislativa
204 por considerá-la uma “Casa de Debates”. Agradeceu ao Conanda, aos demais Conselhos
205 presentes, a todos os operadores dos direitos presentes na plateia e a todos os
206 componentes da Mesa. O Presidente da Frente Parlamentar, Deputado Cláudio Vereza

207 também agradeceu a todos se comprometendo a encaminhar os manifestos recebidos, bem
208 como intermediar a volta do Criad a Setades. **Dia 13 de maio de 2009 – Período da manhã:**
209 Balanço das ações de Enfrentamento a Violência Contra Crianças e Adolescentes e os
210 resultados do III Congresso Mundial: O Vice Presidente do Conanda fez a abertura dos
211 trabalhos convidando para compor a mesa a Presidente do Conanda, os adolescentes
212 Sulamita de Souza e Alexandre, que participaram do III Congresso Mundial; Tiana Sento Sé,
213 Coordenadora da Comissão Organizadora do Congresso Mundial; Representante do Unicef,
214 Senhor Gilbert e a Senhora Ana Lúcia Andrade / MNMMR. A Senhora Tiana, fez uma breve
215 retrospectiva sobre o Equipat Brasil e sobre a organização do III Congresso, com enfoque
216 desde a realização do I Congresso Mundial realizado na cidade de Estocolmo / Suécia. De
217 acordo com as informações, hoje o Equipat conta com vinte e cinco Entidades filiadas sendo
218 estas locais ou estaduais. Em relação ao Congresso, citou as dificuldades da Comissão
219 Organizadora em termos de vagas para os participantes e estrutura física do evento. Além
220 destes itens foram avaliados os resultados e os desafios. Por fim, falou sobre o Pacto do Rio
221 de Janeiro para Prevenir e Eliminar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente. A
222 Presidente do Conanda, abordou questões como: a mobilização na construção do II
223 Congresso Mundial; a participação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, do
224 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Itamarati, do Unicef Nacional e
225 Internacional e de onze ministérios do governo brasileiro e a realização de sete reuniões
226 presenciais. Quanto aos recursos financeiros foram investidos doze milhões de reais. Além
227 disso, o Governo Brasileiro patrocinou a criação e manutenção de um site, de um blog e de
228 ensaio de cinema. A abordagem do evento estava voltada para o tráfico e a exploração
229 sexual. Participaram do evento cento e sessenta países e cento e trinta e oito delegações de
230 governos, três mil cento e cinquenta e oito delegados, duzentos e oitenta e quatro
231 adolescentes, sendo cento e cinquenta e dois do Brasil e cento e trinta e dois de outros
232 continentes, cinquenta e cinco autoridades de alto nível, o Presidente da República, seis
233 Ministros de Estado, dez governadores estaduais, sete Primeiras Damas, Representantes
234 Internacionais (72% de todos os países da ONU). Segundo a avaliação apresentada noventa
235 e seis por cento da programação havia sido executada, com a realização de oitenta e seis
236 oficinas, totalizando duzentos e cinquenta e três trabalhos, dez diálogos setoriais com a
237 participação de ONG, operadores dos direitos, comunidades religiosas, gestores públicos,
238 parlamentares, jovens e adolescentes e outros. Foram feitas apresentações de experiências,
239 com a presença marcante da sociedade civil e apresentações de experiências regionais. Os
240 Anais estão sendo finalizados, os vídeos dos painéis também estão sendo editados e a
241 manutenção do site continua sendo feita. Como resultados concretos foram apresentados: **1)**
242 **Fortalecimento da rede; 2) Mobilização por seguimento; 3) Participação dos adolescentes; 4)**
243 **Mobilização da Mídia; 5) Novas Pautas de cooperação regional; 6) Mudanças legislativas; 7)**
244 **Declaração do Rio de Janeiro e chamada por ação.** Foi informado que o documento final
245 composto por cinco partes fora aprovado por aclamação conforme segue: **a)**
246 **Contextualização (avaliação de progressão e desafios); b) Carta dos Adolescentes**
247 **(documento com análise e recomendações a todos os seguimentos); c) Conanda demandar**
248 **ao Unicef o relatório com indicadores para o Brasil; d) O governo brasileiro produzir relatórios**
249 **bianuais sobre a temática; e) Resultados concretos Brasil.** A Senhora Presidente afirmou que
250 tudo só foi possível tendo em vista a construção coletiva. Na oportunidade agradeceu ao
251 Conanda pelo apoio, inclusive financeiro para a realização do evento. A adolescente
252 Sulamita manifestou sua gratidão, alegando que o III Congresso tinha sido muito especial,
253 embora reconhecia que os adolescentes não tinham participado direito. Na sua avaliação os
254 adolescentes não eram ouvidos pelos adultos, questionando onde estavam os direitos dos
255 adolescentes? Considerou que tinham poucos adolescentes, além de que os mesmos
256 queriam ser ouvidos e não ser apenas figurantes. Avaliou também que os adolescentes não
257 foram bem recebidos no Rio de Janeiro e que era preciso ter estes cuidados e que era
258 importante esta participação ativa, pois eles serão os futuros operadores dos direitos.

259 Agradeceu ao Conanda e a todos pela participação. O adolescente Alexandre informou que
260 participou do Encontro Nacional e do Congresso e que também não participou direito porque
261 ele não sabia o que estava acontecendo, ele não entendia direito o que as pessoas estavam
262 falando. O adolescente informou que cumpria medida de Liberdade assistida em meio
263 aberto. A Senhora Ana Lúcia, representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas
264 de Rua, avaliou a participação dos adolescentes e a preparação de adolescentes de cinco
265 estados brasileiro no Encontro de Luziânia, para que os mesmos se informassem sobre o
266 Congresso. Além disso teve a preparação dos mesmos no Hotel no Rio de Janeiro, junto com
267 a Comissão Operacional para que eles entendessem o protagonismo juvenil. Fez um breve
268 histórico do Comitê Nacional de Enfrentamento, ressaltando a necessidade de legitimá-lo
269 ainda mais, considerando o seu processo histórico bem como, legitimar os espaços
270 protagônicos. Avaliou que o Comitê era composto por representações governamentais e não
271 governamentais, mas que estes não participavam, citando como exemplo o Conanda, que
272 não participava das reuniões. Para ela, os jovens gostariam de ser legitimados. O Senhor
273 Gilbert, representante do Unicef, apresentou um agradecimento especial ao Conanda, e
274 apresentou as dificuldades de se colocar o assunto em pauta. Fez uma análise sobre a
275 participação dos adolescentes, alegando que o Brasil estava mais avançado nestas questões
276 e que o mesmo era referência neste assunto. Considerou fantástico o direito da participação
277 dos adolescentes no evento. Em seguida, apresentou dados estatísticos sobre a participação
278 dos adolescentes, no que tange a: gênero, escolarização, renda, diversidade, área de
279 fronteira, etc. Por fim, apresentou dados sobre a participação dos adolescentes nas oficinas.

280 **Debate:** Após as apresentações abriu-se o debate, tendo sido registrados os pontos que
281 seguem: **1)** Necessidade de se destacar os recursos do FNCA para o Congresso, visto que
282 foi o mesmo que garantiu a presença dos adolescentes no evento; **2)** Destacar no
283 documento os recursos e a forma de articulação governo e sociedade, para que os
284 adolescentes se sintam parte do processo. **3)** Necessidade de se trabalhar com os
285 adolescentes na sua comunidade e na Conferência Nacional dos Direitos, e que somente
286 deveriam participar adolescentes qualificados; **4)** Como foram escolhidos os adolescentes
287 para participação do evento?; **5)** Necessidade de se trabalhar a relação: adulto / criança, pois
288 é no embate e no cotidiano que se aprende. É necessário qualificar os adolescentes para
289 essas participações e inseri-los em de todos os seguimentos que estão envolvidos na
290 problemática (temática); **6)** Como investir neste trabalho se não dispomos de recursos
291 suficiente para qualificar os adolescentes? A discussão do enfrentamento é plural e envolve
292 toda a sociedade. Os integrantes da Mesa responderam os questionamentos, informando
293 com relação ao processo de escolha dos adolescentes, que o mesmo foi feito pelo Comitê
294 sendo que a metodologia fora construída pelos adolescentes. Foi informada a falta de tempo
295 e de recursos para uma preparação mais aprofundada. Era necessário repensar que
296 mecanismos poderiam ser utilizados para esta preparação. Com relação aos
297 encaminhamentos foi proposto: **a)** Ao Conanda solicitar ao Unicef os indicadores e a sua
298 aprovação e, a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente a
299 execução dos mesmos; **b)** que o Conanda elaborasse um Plano Nacional das violações dos
300 direitos da criança e do adolescente. Quanto à revisão do Plano Nacional de Enfrentamento,
301 era preciso levar em consideração todos estes aspectos apresentados; **c)** intervenção do
302 Conanda enquanto Conselho Nacional para sanar a crise “Comitê Nacional e a Comissão
303 Intersetorial de enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes”; **d)**
304 promover o protagonismo juvenil. **Período da tarde:** Apresentação das ações concretas de
305 enfrentamento contra a exploração e violência sexual no Estado do Espírito Santo: Dando
306 continuidade aos trabalhos do dia a conselheira Tiana Sento Sé convidou para compor a
307 mesa as Senhoras Fabíola e Valéria Andrade Catavanha – Secretaria do Trabalho,
308 Assistência e Desenvolvimento Social - Setades. Foi apresentada a situação dos serviços no
309 âmbito dos Creas implantados em trinta e cinco municípios, no que tange: **1)** Instrumento de
310 acompanhamento: sistema de acompanhamento quali quantitativo; **2)** Equipe Técnica: **a)**

311 acompanhamento, monitoramento e avaliação; **b)** sistematização dos atendimentos; **c)**
312 capacitação das equipes; **d)** mobilização. Foram atendidas três mil e nove crianças e
313 adolescentes e três mil trezentas e trinta e três famílias. Dos trinta e um serviços, sete não
314 possuíam educadores e a formação dos mesmos era variada. Desafios: Alta rotatividade dos
315 profissionais, estrutura física precária, metodologia de atendimento, articulação com a rede,
316 não comprometimento do Gestor Público e ausência de Plano Municipal. Ações em curso:
317 Garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes, confecção de materiais,
318 capacitação dos educadores, mobilização permanente (dezoito de maio comemorado em
319 setenta e oito municípios), articulação com os gestores, reuniões de articulação, co-
320 financiamento (para os serviços existentes), Comitê Estadual parceiro nas negociações do
321 Programa. **Debate:** Após a explanação dos trabalhos abriu-se o debate, onde foram
322 registrados os seguintes pontos: **a)** falta de estrutura da DPCA para atender a demanda,
323 sendo que as portas de entrada das denúncias são a DPCA e o Conselho Tutelar. O Plantão
324 é feito por outra delegacia, dificultando os encaminhamentos; **b)** não permitir a queda desse
325 trabalho e sim a sua continuidade; **c)** Dificuldade das outras delegacias em fazer o
326 atendimento; o Estado está atuando somente na repressão, não há o Projeto Sentinela; **d)** O
327 que a sociedade está fazendo para solução do problema?; **e)** Não há no Estado o repasse
328 fundo a fundo. Esta questão é de políticas públicas, precisamos concretizar estas políticas; **f)**
329 Ausência do Secretário Estadual de Assistência Social e fragilidade de pessoal. Como ficam
330 os Conselhos dos Direitos no seu papel fiscalizador? Há necessidade do Conselho Estadual
331 e do Conselho Municipal cobrarem essa participação; **g)** Descontinuidade das ações. Muitas
332 vezes elas continuam pelo compromisso de alguns profissionais; **h)** Quadro de pessoal da
333 Setades precaríssimo; **i)** Necessidade de maior articulação dos Conselhos dos Direitos, bem
334 como os Conselhos identificarem os equívocos existentes. Muitas vezes os Projetos são
335 aprovados “Ad Referendum”. O Criad vinculado à Secretaria de Estado da Justiça é um dos
336 equívocos, pois a lógica da Sejus é pressional. A Sejus não reconhece o Sinase, daí a
337 importância do Criad e do Iases serem vinculados a Setades; **j)** Ausência de outras
338 Secretarias de Estado, questionando-se qual era o comprometimento das mesmas com a
339 problemática?; **l)** afirmado que a vinculação do Criad a Sejus estava na lei, para poder dar
340 condições de funcionamento ao Conselho. Quanto ao papel do Conselho, era traçar as
341 políticas de Atendimento; **m)** O problema do Criad não é só de estrutura, precisamos
342 amadurecer e discutir o assunto, visto que o Criad não tem poder de decidir tudo. É uma
343 reflexão que temos de amadurecer. Encerrando o debate foram entregues aos conselheiros
344 do Conanda KIT com o material da Campanha Estadual “18 de maio”. À noite as Comissões
345 Temáticas do Conanda se reuniram para tratar de assuntos específicos e logo depois os
346 trabalhos foram interrompidos para realização de reunião geral do Conselho, com objetivo de
347 traçar estratégias para o dia seguinte, em função dos graves acontecimentos ocorridos
348 durante a visita da Senhora Presidente e de alguns conselheiros as Unidade de Atendimento
349 – Unis, no período da tarde. Nesta reunião foram levantados os principais pontos para
350 elaboração da Carta de Vitória e o seu encaminhamento às autoridades competentes, bem
351 como agendar visita da Senhora Presidente e da Mesa Diretora com o Senhor Governador
352 do Estado e na impossibilidade deste, com o Senhor Secretário de Estado da Justiça. Foi
353 deliberada a suspensão da Pauta prevista para o período da tarde do dia seguinte, bem
354 como o almoço de confraternização entre os conselheiros do Conanda e do Criad em função
355 da nova agenda proposta. Na reunião a Senhora Presidente fez uma breve explanação de
356 sua visita a Unis no período da tarde, informando um novo espancamento envolvendo outro
357 adolescente no dia de ontem, depois da visita realizada pelos conselheiros. Em seguida foi
358 feita uma breve avaliação pelos conselheiros sobre as unidades visitadas no dia anterior e
359 formado um grupo de trabalho para elaboração da Carta de Vitória. O grupo foi composto
360 pela Senhora Presidente e pelos conselheiros Djalma, Glicia e Sérgio. **Dia 14 de maio de**
361 **2009:** Apresentação cultural – Voz e violão, com a participação de adolescentes do Cesam/
362 ES. Em seguida, o Senhor Vice Presidente deu início aos trabalhos convidando para compor

363 a Mesa as Coordenadoras da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional,
364 conselheiras Thereza de Lamare e Júlia Deptulski e o Secretário Executivo do Conanda
365 Senhor Benedito dos Santos. Inicialmente o Senhor Benedito ressaltou a importância das
366 Conferências e em seguida fez uma breve explanação sobre a situação da criança e do
367 adolescente antes e depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ressaltou que antes
368 do Estatuto existia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor e suas diretrizes eram
369 traçadas de cima para baixo, não havendo conexão com as demais políticas. Depois do
370 Estatuto foram criados os conselhos dos direitos como espaços de formulação da política de
371 atendimento dos direitos da criança e do adolescente. O Estatuto estabeleceu uma
372 hierarquia para a formulação da nova política a fim de resgatar a dívida histórica do país. O
373 Senhor Benedito fez um breve histórico sobre a tarefa de elaboração de políticas, citando
374 que o país ainda não tem uma política nacional dos direitos da criança e do adolescente. O
375 que há é um conjunto de programas e os planos temáticos, mas estes não são as soluções.
376 Citou a grande lacuna entre a política econômica e as políticas sociais, alegando que os
377 programas redistributivos são os indicadores desta lacuna. Ressaltou sobre a visita a Unis,
378 alegando que o Estado dos Direitos não havia chegado ali. Que era preciso que o Criad e o
379 Conselho Municipal pensassem nisso ao elaborarem suas políticas. Demonstrou sua
380 preocupação com a “Assistencialização” da Assistência Social. Prosseguindo, fez uma
381 síntese sobre o passo a passo para a elaboração da Política, onde os municípios elaborarão
382 suas diretrizes e enviarão aos Conselhos Estaduais e estes enviarão para o Conanda. As
383 diretrizes nacionais serão aprovadas na VIII Conferência Nacional para subsidiar o Plano
384 Nacional e depois será colocada em consulta pública para sugestões. Ao final o Plano
385 deverá ser votado por todos os Conselhos Setoriais. Após esta aprovação, os Estados farão
386 seus planos decenais. Conclamou a todos a fazer desse processo a grande capacitação de
387 país para formulação de política, e a importância do Plano Decenal na condução dos
388 trabalhos voltados para a criança e o adolescente. A conselheira Thereza de Lamare
389 apresentou a situação da saúde de crianças e adolescentes no Brasil pelo Ministério da
390 Saúde. A conselheira Júlia fez a apresentação da metodologia da Conferência Nacional e
391 dos seus cinco eixos com os descritores prioritários: **1)** Promoção e Universalização de
392 Direitos em um contexto de Desigualdades; **2)** Promoção e Defesa no Enfrentamento das
393 Violações de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; **3)** Fortalecimento do Sistema
394 de Garantia de Direitos. **4)** Participação de Crianças e Adolescentes em Espaços de
395 Construção da Cidadania; **5)** Gestão da Política Pública. Informou sobre a alteração da data
396 das Conferências Municipais até trinta de julho de dois mil e nove. Neste momento da
397 Assembléia foi discutida a minuta da Carta de Vitória pela plenária do Conanda e após a
398 apresentação de sugestões pertinentes foi provada por todos com os seguintes
399 encaminhamentos: O Conanda deverá encaminhar a Carta a todos os Juizes e Promotores
400 Neste momento, os dois Conselhos se reuniram novamente, onde a Presidente do Conanda
401 falou da Carta de Vitória e de seu conteúdo, como esforço conjunto para correções dos
402 problemas e que a intenção do Conanda era de contribuir com o reordenamento das
403 medidas socioeducativas no Estado. Informou sobre a agenda com o Secretário Executivo do
404 Governador e com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado para entrega da Carta.
405 Após leitura da Carta de Vitória a Presidente do Conselho Estadual dos Direitos entregou a
406 Presidente do Conanda a “Carta do Criad” para marcar a vinda do Conanda ao Estado.
407 Entregou também uma cópia do Planejamento Estratégico do Conselho Estadual para o
408 período de dois mil e nove a dois mil e doze. Na oportunidade agradeceu ao Colegiado
409 Nacional, pedindo desculpas pelas falhas existentes. A Presidente do Conanda também
410 agradeceu ao Criad pela logística do evento (visitas, audiência, etc.) e aos demais
411 integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos, por ocasião das visitas. Por fim, abordou a
412 importância da VIII Conferência Nacional e a participação dos adolescentes na formação da
413 nova geração. Segue na íntegra a **Carta de Vitória**: O Conselho Nacional dos Direitos da
414 Criança e do Adolescente - Conanda, reunido na 174ª. Assembléia Ordinária, realizada de

415 forma descentralizada em Vitória/ES nos dias 12 a 14 de maio, realizou uma audiência
416 pública na Assembléia Legislativa com vistas ao debate das políticas públicas de
417 enfrentamento da violência sexual no Estado. Devido as denúncias relativas às mortes de
418 dois internos na Unidade de Internação Socioeducativa (Unis) nos últimos 30 dias, bem como
419 um novo espancamento envolvendo outro adolescente no dia de ontem, o Conanda também
420 realizou visitas às principais unidades e programas do sistema socioeducativo, ouvindo os
421 servidores, operadores do sistema de segurança e justiça bem como, os próprios
422 adolescentes. Destacam-se, inicialmente, alguns avanços na implementação do Sistema
423 Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), tais como: a inauguração nesta semana
424 da primeira unidade de internação, construída com recursos do Fundo Nacional dos Direitos
425 da Criança e do Adolescente, em consonância com os novos parâmetros arquitetônicos
426 preconizados; a implantação do primeiro programa de semiliberdade; a recente
427 municipalização das medidas em meio aberto na região metropolitana; e, por fim, o
428 compromisso do governo estadual na destinação de recursos que possibilitarão a construção
429 de novas unidades de internação com vistas à desativação dos atuais equipamentos, hoje
430 incompatíveis com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e as
431 condições mínimas de dignidade humana. Embora tenham sido observadas estas iniciativas,
432 o Conanda identificou graves violações dos direitos dos adolescentes em cumprimento de
433 medidas socioeducativas, desde a apreensão do adolescente, aplicação e execução da
434 medida, tanto em meio aberto quanto em meio fechado, envolvendo distintas instâncias do
435 Sistema de Garantia dos Direitos. Das violações postas, ressaltamos a extrema precariedade
436 das instalações prediais das unidades de internação, que operam com superlotação,
437 insalubridade, sem iluminação e ventilação, rede elétrica danificada, condições sanitárias
438 sub-humanas, alimentação imprópria para o consumo e para a faixa etária, e que afrontam o
439 princípio da dignidade humana e colocam em risco a saúde e a própria vida dos
440 adolescentes. Dentre as violações dos direitos dos internos estabelecidos no artigo 124 do
441 Estatuto, identificamos a falta de acesso ao atendimento de saúde, à educação, à
442 profissionalização, as atividades de lazer e meios de comunicação, à visita e contatos com
443 familiares, aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal, impactando negativamente
444 no crescimento e desenvolvimento dos adolescentes. A maioria dos adolescentes aponta a
445 existência de lesões corporais decorrentes da ação policial no ato de apreensão, bem como
446 dos procedimentos de revistas semanais realizados nas unidades de internação pelo grupo
447 de agentes socioeducativos denominado pelos internos de “choquinho”, com práticas de
448 desnudamento e agressões físicas com cacetetes e projéteis de borracha. Também apontam
449 a exigência de revistas íntimas de suas mães, mediante desnudamento e agachamento, bem
450 como proibição de entrada de alimentos. Com relação aos procedimentos para a aplicação e
451 cumprimento da medida socioeducativa, destaca-se ainda que a grande maioria dos internos
452 não tem garantido o direito à defesa técnica, tão pouco a informações relativas ao processo
453 judicial. Quanto ao sistema de justiça, foram observados os prazos expirados na internação
454 provisória, a suspensão das audiências, o descumprimento de decisões judiciais de
455 instâncias superiores quando impetrados hábeas corpus em favor dos adolescentes, o
456 desrespeito aos princípios da brevidade e excepcionalidade na internação. Verifica-se ainda
457 a equivocada duplicidade de medidas em meio aberto (prestação de serviços à comunidade
458 + liberdade assistida), aplicada ao mesmo adolescente e com relação ao mesmo ato
459 infracional. Outro fator que causa estranheza é o modelo do Centro Integrado de
460 Atendimento Socioeducativo (CIASE), notadamente pela ausência do representante legal da
461 Vara da Infância e Juventude, instalado em outro espaço físico, o que certamente agrava e
462 contribui para as violações ora descritas. Na unidade de triagem, constatou-se que os
463 adolescentes ali internos permanecem por um tempo superior ao legalmente previsto, bem
464 como não são devidamente separados, uma vez que convivem nas mesmas “celas” com
465 adolescentes em outras situações, observando-se que alguns estão em regime de internação
466 provisória e outros já com medidas de internação, como no caso da transferência de outras

467 unidades por medida de segurança. Da mesma forma, na unidade feminina de internação
468 observamos que as adolescentes em regime de internação provisória estão juntas àquelas
469 que já cumprem medidas de privação de liberdade. Além disto, verificamos a existência na
470 estrutura física e administrativa do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo
471 de uma unidade de atenção a pessoas com deficiências não relacionadas ao cumprimento
472 de medida socioeducativa e que, portanto, deveriam estar sob cuidados de outra instituição.
473 Ressalte-se que tais usuários têm acesso ao sistema de saúde apenas em situações
474 emergenciais e não inseridos no sistema de ensino, nas ações da assistência social e de
475 convivência familiar e comunitária. Por último, cabe destacar que o Conanda acompanhou no
476 CIASE, no dia 13 de maio o atendimento de um adolescente vítima de espancamento na
477 mesma unidade em que ocorreram as duas mortes do último mês. Chamou a atenção às
478 semelhanças dos atos, sejam na barbárie da agressão praticada, seja na falta de intervenção
479 pelas equipes da unidade, com a adoção de medidas preventivas e até de imediato socorro
480 em tal circunstância. Diante de tal contexto, o Conanda recomenda e requer a adoção de
481 medidas imediatas para a reversão das violações dos direitos identificadas: **Ao Governo**
482 **Estadual:** **a)** que seja decretada Situação de Emergência para a adoção de medidas
483 imediatas com relação à estrutura física e de pessoal necessárias ao cumprimento das
484 normas previstas no ECA e no SINASE; **b)** que seja entregue ao Conanda, no prazo de 30
485 (trinta) dias um Plano Emergencial, prevendo a adoção de medidas em todas as unidades de
486 internação do Espírito Santo com vistas à resolução das questões mais prementes, como as
487 aqui descritas, em destaque para garantia dos direitos à saúde e educação; **c)** que este
488 Plano inclua a possibilidade de ocupação imediata das vagas disponíveis da nova unidade
489 de internação – CES, bem como ampliação de outras 30 vagas, com a construção de novos
490 módulos; **d)** que seja realizada a imediata apuração das mortes ocorridas e deste
491 espancamento citado, através de uma comissão mista, com representação do Conselho
492 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Estadual dos Direitos
493 Humanos; **e)** que sejam ampliados o quadro de defensores públicos para fortalecer a defesa
494 e garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; **f)**
495 que a UNAED- Unidade de Atendimento aos Deficientes migre para a área de assistência
496 social, objetivando o devido reordenamento com vistas à garantia dos direitos das pessoas
497 com deficiências; **g)** que realizem vistorias das condições prediais e sanitárias das unidades
498 de internação, com auxílio dos órgãos municipais competentes. **Ao Governo Federal:** **a)** que
499 a Comissão Intersectorial de Implementação do SINASE realize reunião extraordinária, no
500 prazo de 30 (trinta) dias para análise do Plano Emergencial supra citado, com vistas a
501 subsidiar as condições necessárias para a melhoria do sistema através de ações
502 intergovernamentais. **Aos Governos Municipais:** **a)** que sejam apresentados aos Conselhos
503 dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 60 (dias) planos de implementação
504 das medidas em meio aberto, em especial na região metropolitana e municípios com mais de
505 50 mil habitantes; **b)** que realizem vistorias das condições prediais e sanitárias das unidades
506 de internação, com auxílio dos órgãos estaduais competentes. **Aos Conselhos Estadual e**
507 **Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente** **a)** que demandem, com prioridade,
508 aos gestores respectivos em seu âmbito de atuação os Planos de Atendimento
509 Socioeducativo e que estes sejam encaminhados à Comissão Intersectorial de Implementação
510 do SINASE do governo federal; **b)** que seja priorizada a ação de acompanhamento da
511 implementação do SINASE em seus respectivos âmbitos, incluindo o monitoramento do
512 orçamento na área. **Ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo:** **a)** que sejam
513 garantidos os direitos dos adolescentes com relação ao devido processo legal, criando
514 estruturas e procedimentos necessários a esta finalidade, destacando a criação de Varas
515 especializadas para medidas protetivas separadamente das medidas socioeducativas,
516 integração ao CIASE, celeridade e cumprimento dos prazos; **b)** que sejam aplicadas às
517 medidas de meio aberto e de semiliberdade, sempre que possível e observada a
518 municipalização, ao invés de medidas de internamento. **À Procuradoria Geral de Justiça**

519 **do Estado do Espírito Santo: a)** que sejam garantidos os direitos dos adolescentes com
520 relação ao devido processo legal, criando estruturas e procedimentos necessários a esta
521 finalidade, destacando a criação de promotorias especializadas para atuar em varas da
522 infância e da juventude e instauração de procedimentos administrativos para apurar as
523 irregularidades na execução das medidas socioeducativas. **Aos Conselhos de Classe,**
524 **entidades de defesa dos direitos humanos e demais instituições: a)** que sejam adotadas
525 as medidas pertinentes às suas atribuições, para garantir aos adolescentes os direitos
526 assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Por final, o Conanda destaca que a
527 efetivação dos direitos da criança e do Adolescente no Estado do Espírito Santo somente
528 será possível a partir do compromisso assumido por cada um dos órgãos responsáveis pela
529 efetividade do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Vitória, 14 de
530 maio de 2009. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
531 **Informes/Encaminhamentos: 1) Comissão de Mobilização e Formação: a)** A Resolução
532 sobre Fundos já foi aprovada pelo Conanda e se encontrava na Consultoria Jurídica para
533 parecer, só depois disso poderia ser publicizada no Diário Oficial da União; **b)** A Resolução e
534 o Projeto de Lei sobre Conselho Tutelar já estavam prontos e serão apresentados na
535 Assembléia do mês de junho próximo, sendo que a minuta do Projeto de Lei será
536 encaminhada para sugestões. **2) Comissão de Políticas Públicas: a)** A Resolução sobre
537 abrigos será apresentada na Assembléia do mês de junho próximo; **b)** A Comissão sobre
538 Trabalho Infantil se reunirá nos dias vinte e vinte e um de maio para a conclusão do Plano
539 Nacional sobre o Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador e posteriormente
540 será enviada a Conaeti. O Plano será apresentado ao Conanda na Assembléia do mês de
541 julho próximo; **c)** Dia doze de junho será o dia nacional de combate ao trabalho infantil e o
542 segundo ano consecutivo com a temática sobre a educação. Serão lançados quatro cartazes
543 sobre as piores formas de trabalho infantil, bem como Jornal Mural, a serem distribuídos a
544 todas as escolas do país. **3) Comissão de Orçamento e Finanças: a)** Prorrogação do prazo
545 do edital sobre Projetos Esportivos Sociais por mais noventa dias para o envio dos projetos;
546 **4) Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional: a)** Realização de
547 Teleconferência sobre a VIII Conferência Nacional no dia primeiro de junho de dois mil e
548 nove, com os Conselhos Estaduais e municipais dos Direitos. A mesma será transmitida nas
549 salas de Videoconferência da Interlegis e das Assembléias Legislativas dos seus respectivos
550 Estados; **b)** Solicitar ao Criad para verificação junto aos Conselhos Municipais do Estado do
551 Espírito Santo o recebimento dos documentos enviados pelo Conanda sobre a VIII
552 Conferência Nacional. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **A**
553 **Secretaria Executiva do Conanda deverá encaminhar ao Criad todas as decisões e**
554 **encaminhamentos ocorridos nesta Assembléia, bem como enviar a Carta de Vitória**
555 **aos Conselhos Estaduais e às autoridades competentes dos Estado do Espírito Santo.**
556 Não tendo mais nada a ser tratado, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos
557 dando por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata após lida e aprovada será
558 assinada pela Senhora Presidente.

559

560 Carmen Silveira de Oliveira - Presidente

561

562